

Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades

Miguel Cardina



Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade
de Coimbra

Electronic version

URL: <http://eces.revues.org/101>

DOI: 10.4000/eces.101

ISSN: 1647-0737

Electronic reference

Miguel Cardina, « Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades », *e-cadernos ces* [Online], 01 | 2008, colocado online no dia 01 Setembro 2008, consultado a 01 Outubro 2016.

URL : <http://eces.revues.org/101> ; DOI : 10.4000/eces.101

The text is a facsimile of the print edition.



MIGUEL CARDINA

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA CRISE DO ESTADO NOVO: MITOS E REALIDADES¹

Resumo: Centrado no caso de Coimbra, este texto procura traçar um retrato das continuidades e rupturas que se podem detectar nas práticas, discursos e representações dos movimentos estudantis durante os “longos anos sessenta” em Portugal, advertindo ao mesmo tempo para a persistência de algumas leituras que, em lugar de facilitar, tendem a obscurecer uma mais completa compreensão do processo de dissidência política e cultural que por esses anos atravessa os territórios estudantis.

Palavras-chave: Estado Novo, oposição, anos 60, movimentos estudantis, Coimbra

1. INTRODUÇÃO

Decorridos já mais de trinta anos sobre a queda do Estado Novo, o passado das lutas estudantis contra a ditadura continua a aparecer frequentemente referido nas narrativas memorialísticas de antigos activistas e nos discursos das actuais estruturas académicas. A evocação mais ou menos constante desse passado não significa, porém, que dele se tenha uma imagem completa e complexa. Pelo contrário, as leituras propagadas têm privilegiado a glorificação de alguns momentos específicos, mais espectaculares, em detrimento de um esforço compreensivo mais amplo.

São várias as causas que potenciam estas lembranças selectivas. Desde logo, tenha-se em conta o modo como neste território a memória sofre os efeitos da peculiaridade da condição estudantil. O facto dos estudantes serem jovens em trânsito,

¹ Como citar este artigo: Cardina, Miguel (2008) “Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades”, *e-cadernos ces*, 1, 57-76. Acedido em [data], <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>

permanecendo, em média, meia dúzia de anos no espaço onde estudam, faz com que a transmissão da memória tenha de lidar regularmente com interrupções e curto-circuitos, fenómeno que já foi referido como uma das suas características mais persistentes (Boren, 2001). Se, por vezes, esta condição pode funcionar como potenciadora de um envolvimento mais criativo e descomplexado, porque menos subsidiário do peso das referências do passado, muitas vezes os movimentos estudantis, ignorando o seu lastro identitário, têm dificuldade em se perspectivar de modo mais distanciado e reflexivo. Ao mesmo tempo, a disponibilidade para experimentar os campos do possível – potenciada pela relativa independência da tutela paternal, pela relação ténue ou nula com o mercado de trabalho e pela curiosidade física e intelectual – predispõem a uma vivência centrada na novidade e algo despreocupada com os potenciais legados da memória, reduzida a alguns símbolos, observados num misto de admiração e negligência interpretativa.

A referência constante às “crises académicas” é um exemplo que ilustra bem esta situação. Nos mais diversos campos institucionais, a evocação das lutas estudantis concentra-se quase sempre na rememoração dos acontecimentos de 1962 e 1969, acompanhados, cada um deles, de uma respectiva circunscrição espacial: 1962 seria o ano da “crise” lisboeta, 1969 seria a data da “crise” coimbrã.² Neste último caso, as sucessivas DG/AAC têm insistido em celebrar o acontecimento de variadas formas, com a edição de álbuns fotográficos e de brochuras, a colocação de placas comemorativas ou a realização de sessões com os intervenientes, geralmente ocorridas a 17 de Abril. A importância do legado de 69 é tão presente que sempre que existem picos de contestação é comum a comparação com esse momento, integrando a iniciativa do presente numa espécie de legitimidade ética que teria o seu momento mais marcante naquele episódio. A este propósito, Ana Drago, no seu importante estudo sobre o movimento “antipropinas”, refere a presença de uma “memória romantizada” de 69 que fornecia uma “imagem de heroicidade da condição de estudante” (Drago, 2004: 181). Deste modo, na primeira metade da década de 1990, num período “quente”, eram muito comuns as referências àquele momento – “em 69 fizemos tremer o regime/ em 94 fomos milhares a dizer NÃO! / Em 69 apanhámos porrada! / Em 94 quiseram-nos calar!”, dizia-se num documento datado de 1995 (*ibidem*: 180) – reenvios que funcionavam como instrumento de mobilização colectiva e como inspiração para o envolvimento pessoal.³

² Isto apesar dos estudos existentes sobre ambos os acontecimentos mostrarem que os conflitos eclodiram em ambas as cidades e se inseriram num fluxo reivindicativo que transcendeu, a montante e a jusante, os referidos anos. Cf. Garrido, 1996; Duarte, 1997.

³ Jorge Correia, um antigo dirigente estudantil da década de 1990, refere-o deste modo: “Eu a primeira vez que entrei no edifício da Associação Académica, tive um arrepio, porque estava no sítio onde as coisas tinham acontecido. A primeira vez que eu entro no jardim da Associação, a imagem que eu tenho é das fotografias das Assembleias Magnas, a primeira vez que eu vou ao edifício das Matemáticas a primeira imagem que eu tenho é do 17 de Abril de 69... e há aqui um conjunto de pessoas que têm muito esta saudade bacoca de tempos não vividos e isso claramente influenciou.” (Drago, 2004: 166-167). Sobre as

Esta exemplaridade encontra amplificação em alguns discursos de antigos activistas, difundindo, explícita ou implicitamente, a ideia de que aquele foi o momento por excelência, quase único, de contestação estudantil ao regime. Tenha-se em conta, porém, que muitos, como Fátima Saraiva, apenas voltaram a recordar a “crise”, “quando começaram as comemorações, dez ou quinze anos depois” (Cruzeiro; Bebiano, 2006: 208). Foi, de facto, a partir da entrada nos anos 80, que se começou a divulgar uma arrumação narrativa desse período baseada numa certa “memória de vitória”. Esta viria a assentar na valorização do papel da unidade em detrimento da divergência ideológica, na análise das linhas políticas do movimento em detrimento da consideração das componentes culturais e de costumes, mais espontâneas e menos tácticas, e na acentuação de um certo “imaginário de festa”, necessariamente feliz, em detrimento de um olhar menos romântico, que contemplasse também o peso das experiências de cárcere, as ressacas e os desânimos, os caminhos distintos que o movimento estudantil trilhou no seguimento da “crise de 69”.

Em alguns depoimentos mais recentes, alguns antigos activistas sentem mesmo necessidade de atenuar uma certa mistificação efectuada em torno da “crise”. Definindo-a como uma “boa nostalgia”, Fernando Martinho fala contudo de “uma bolha” feita com uma “relativamente grande inconsistência e com uma adesão bastante epidérmica, emocional, romântica”, tendo o cuidado de salientar que a “crença e adesão” a valores de resistência ao regime “é anterior e posterior à crise” (*ibidem*: 85). Como faz notar Luís Januário, “o movimento era uma caldeira com grupos mais avançados e grupos mais atrasados” (*ibidem*: 287), que se distinguiam tanto pelo grau de consciência política e pelos objectivos propostos para a luta estudantil, como pela linguagem usada ou pelas opções estéticas e culturais.

Na verdade, a invocação de 69 tem tido como função ratificar a pertença simbólica a um património valorativo construído em redor a) da ideia de oposição ao regime e b) da partilha de referências culturais difusamente “de esquerda”, adquiridos e estruturados em círculos de sociabilidade muitas vezes informais. No contexto da “crise”, a estes dois factores juntou-se um terceiro, absolutamente crucial nos momentos mais acesos da “crise”, e que consistiu na operacionalização de uma “ética da solidariedade” que, de certo modo, se apoiou numa lógica de pertença a um ambiente comum.

A utilização de rituais associados à praxe académica – suspensão da Queima das Fitas, uso de capa e batina como sinónimo de respeitabilidade, proclamação do Luto Académico – são exemplos disso. Se, no imediato, se procurava apoio em fórmulas reconhecidas e aparentemente inócuas – aliadas a outras mais sintonizadas com o

representações das lutas estudantis dos anos sessenta no actual meio estudantil coimbrão, cf. Estanque e Bebiano, 2007: 169-176.

“espírito do tempo” – elas serviam também para dar suporte a um corpo estudantil “em luta”, adaptando a tradicional “solidariedade académica” aos processos reivindicativos em curso. Isso está patente no apoio aos dirigentes suspensos a seguir ao episódio do 17 de Abril e na capacidade de fazer vingar a difícil estratégia de “greve aos exames”, objectivo que apenas poderia ter verdadeiro impacto – como veio a ter – se cada estudante corresse esse risco e assumisse as potenciais consequências.

Esta força simbólica de 69 leva a que, ainda hoje, estudantes que não se identificavam com a contestação e que se remetiam a uma posição de distanciamento ou de efectiva recusa do movimento, tenham dificuldades em assumir-se como pertencentes à minoritária direita académica, produzindo declarações, no mínimo, desconcertantes. Em entrevista concedida em 2006, o ex-procurador da República, Souto Moura, admite que furou a greve aos exames de 69, que o seu grupo de amigos se centrava nos sectores da direita mais radicalizada, mas que na prática era de esquerda e simpatizava com uma democracia de tipo sueco, justificando assim a equidistância quer dos adeptos do regime quer “dos maoístas” – caricaturando deste modo o activismo da época, já o advento organizado do maoísmo em Coimbra é posterior a 1969 (*Tabu*, revista do jornal *Sol*, 2006, 3). De modo semelhante deve ser lida a presença de José Miguel Júdice, na comemoração dos 35 anos da “crise académica de 69”, organizada pela DG/AAC em 2004, considerando-a como uma revolta geracional, nessa medida também sua.⁴ Em ambos os casos, a pertença ao campo afectivo da “crise” confunde-se com a estadia num domínio etário e geográfico comum, numa estratégia de naturalização/neutralização que visa esbater a importância das clivagens políticas, culturais e morais traçadas à época.

A expressiva evocação da “crise de 69” tem como contraponto as zonas de esquecimento que ocupam a lembrança dos anos imediatamente subsequentes. Um sintoma disso mesmo aparece na opção cronológica que preside ao conjunto de artigos sobre os movimentos estudantis durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, coordenados por Maria Cândida Proença (1999), que, ao encerrar com um texto sobre a “crise académica de 69”, deixa implicitamente cair um manto de silêncio sobre a agitação ocorrida no período posterior. Procurando contrariar um pouco esta rasura, uma das personagens de *O Cão Andaluz*, o último romance de Jorge Seabra, fala dos momentos de 69 como “empolgantes e únicos”, mas que não devem levar a que se ignore o período sucessivo, “estranhamente esquecido” (Seabra, 2007: 133).

⁴ Debate sobre os “35 anos da crise académica de 69”, organizado pela DG/AAC e decorrido no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a 17 de Abril de 2004.

Isto ajuda a explicar o modo como, em 2002, se inaugurou quase sem controvérsia⁵, um anfiteatro no Departamento de Física com o nome de Veiga Simão, antigo ministro da Educação de Marcelo Caetano, porventura mais hábil na gestão dos conflitos com o meio estudantil e conotado com os sectores “liberais”, mas que não deixou de ser um ministro fortemente contestado. A sua titularidade na pasta coincide com o encerramento compulsivo das associações, com a colocação nas faculdades dos chamados “gorilas” – corpo de intervenção incumbido de disciplinar as escolas – e com várias situações de disparos sobre estudantes, chegando, em Outubro de 1972, em Lisboa, a vitimar Ribeiro dos Santos e a ferir José Lamego e, dois anos antes, em Coimbra, a atingir gravemente no abdómen Fernando Seiça.

É ainda notar, pois, que a “crise de 69” não determinou um desfecho do conflito entre estudantes e autoridades. Entre 1970 e 1974, detecta-se um “outro período crítico”, marcado pela inovação ao nível dos conteúdos e da forma da intervenção estudantil. A consolidação de uma imagem de estudante modelada em função do seu “comprometimento social”, os reflexos no meio estudantil das alterações produzidas ao nível da moral, das sociabilidades, da política e da cultura, bem como o arrastamento das guerras coloniais em África, originam a afirmação de canais de contestação explicitamente centrados no questionamento da forma do regime e na luta contra a guerra e o colonialismo e na recusa radical do regime político vigente (Cardina, 2008).

Por outro lado, e como já foi mencionado, a utilização das “crises académicas” como elemento em redor do qual se tem erguido a narrativa das lutas estudantis desse período, leva à sobrevalorização de um tipo de história episódica, feita em redor da cronologia dos tempos quentes, e que, em última análise, não permite dar conta do processo profundo de dissidência política, social e cultural que por estes anos atravessa o território estudantil. Para isso, torna-se necessário iniciar a abordagem no segundo lustro da década de cinquenta, seguindo as mutações que o movimento foi tomando, quer ao nível da forma, quer do conteúdo.

2. O DESPERTAR DA DISSIDÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS CINQUENTA

No início dos anos cinquenta, a Universidade de Coimbra conservava ainda a imagem de Universidade por excelência, onde se realizava uma boa parte do esforço de formatação ideológica do capital humano necessário à manutenção do regime. Os estudantes que a ela afluíam, vinham, na sua larga medida, joeirados por uma forte selecção social. À chegada, encontravam as lendas, os símbolos e os modos de integração de uma

⁵ Apesar da opção das autoridades académicas e do silêncio dos organismos estudantis, a placa sinalizadora do anfiteatro foi roubada logo a seguir à inauguração, ao que tudo indica por um conjunto de estudantes que deste modo tomaram posição sobre o assunto.

“sociedade tradicional” (Lopes, 1982) que cultivava orgulhosamente a sua especificidade. Uma série de imagens sobrepunham-se harmoniosamente na composição do quadro coimbrão: uma instituição universitária identificada com o Saber; um espaço geográfico “romantizado”, composto de boémia, estudo, fado e namoros; uma imagem do estudante enquanto pertencente ao sexo masculino, proveniente de classes médias e altas e futuro escol da sociedade.⁶

Não obstante a existência desde a implantação do Estado Novo de um oposicionismo estudantil, mais ou menos organizado, mais ou menos vigoroso, para a grande maioria dos estudantes a passagem pela Universidade significava um estágio para uma assegurada transição rumo às cúpulas sociais. Se se exceptuar a agitação estudantil durante o período do pós-guerra – que teve a sua expressão máxima, no meio estudantil coimbrão, nas acções empreendidas pela Direcção-Geral de 1944-45, presidida por Salgado Zenha – durante a primeira metade dos anos cinquenta raramente os meios estudantis se mostraram dispostos a romper o cerco do conservadorismo e do conformismo dominante. Num relato memorialístico, José Marques Vidal, estudante na primeira metade de cinquenta, recorda uma Associação Académica dominada pelo poder político salazarista, “através de direcções eleitas por uma maioria de direita orientada pelos pensadores do CADC [Centro Académico de Democracia Cristã] onde ainda se respirava o suor intelectual do Cardeal Cerejeira e do ditador Salazar”. O autor anota que essa supremacia era impulsionada, em larga escala, pelos “lares femininos, servidos e dirigidos por congregações católicas, que compareciam aos actos eleitorais em formação militar, enquadrados por freiras, algumas destas também estudantes, a votarem em massa nas listas das direitas” (Vidal, 2002: 220).

As mulheres ocupavam um lugar de subalternidade no ambiente estudantil coimbrão. Constituíam ainda uma minoria, apesar da percentagem de elementos do sexo feminino ter vindo sempre a aumentar desde finais da década de cinquenta e inícios da década de sessenta. Em 1950-51, em 3.220 alunos, 941 eram mulheres. Em 1954-55, apesar da percentagem ter aumentado, as mulheres não eram ainda um terço do total dos estudantes: 1.377 num universo de 4.032 alunos.⁷ Também a nível simbólico era evidente a secundarização do feminino. Significativa, a este respeito, é a imagem que se tinha das repúblicas e dos lares, enquanto espaços domésticos destinados, respectivamente, aos rapazes e às raparigas: os primeiros eram zonas “públicas”, dadas ao convívio, à vivência colectiva, à animação, imaginadas como local de todos os

⁶ A análise de alguns relatos de antigos estudantes dá bem conta da presença estruturante destes elementos. Cf., por exemplo, Soares, 1985; Abrunhosa, 2001; Vidal, 2002.

⁷ A partir do início dos anos sessenta, fruto dos reflexos do processo de emancipação feminina, visíveis um pouco por todo o mundo Ocidental e, sobretudo, devido à mobilização dos homens para as guerras coloniais, que então se iniciavam, a tendência de equiparação intensificar-se-ia.

desregramentos; os segundos, espécies de mosteiros seculares, destinados à salvaguarda da integridade feminina ante os instintos predadores masculinos. Recorde-se, ainda, que somente em meados da década de 50, lhes é permitido envergar o traje típico do estudante universitário, a capa e batina, até então destinada exclusivamente a uso masculino. Dando cobertura jornalística ao assunto, a revista *Flama* pergunta: “Há ou não diferenças no tratamento e no convívio social entre rapazes e raparigas em Coimbra? A mulher que estuda é, principalmente, mulher ou estudante?” (F, 1954, 353). Olhando para o que então se ia escrevendo na *Via Latina*, a resposta é clara: a “mulher que estuda” era, em primeiro lugar, mulher, constantemente lembrada do seu lugar natural na esfera privada. Maria Adelaide Calado, num artigo publicado em 1956, afirma explicitamente que a mulher se encontra, no essencial, “destinada para a família e para o Lar” (VL, 1956, 70).

Nesse mesmo ano inicia-se a luta contra o famoso “decreto 40.900”, projecto-lei que procurava cercear a autonomia das associações de estudantes, abrindo um processo de descolagem ideológica que o entusiasmo gerado em torno da candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, tenderia a consolidar. Em Coimbra, e acompanhando esta dinâmica crescente de politização, assiste-se ao nascimento de grupos culturais que, de uma maneira ou de outra, se mostravam já distantes do diapasão com o qual o Estado Novo urdia a sua política cultural. Em 1954 é fundado o CELUC (Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra), que rompe com a exclusividade do canto coral masculino protagonizado pelo Orfeon, assumindo uma postura mais arejada e até mesmo subversiva, introduzindo no seu repertório cantos espirituais negros e composições do maestro e militante oposicionista Fernando Lopes-Graça. Em 1956 são fundados mais dois grupos académicos: na senda do CELUC, aparece o CMUC (Coro Misto da Universidade de Coimbra) e, no mesmo ano, o CITAC (Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra), que envereda por um percurso de experimentalismo e arrojo estético na prática teatral. Em 1958, aparece o CAP (Círculo de Artes Plásticas), destinado ao tratamento da arte contemporânea.

Entretanto, por estes anos, e ao mesmo tempo em que se assiste à cristalização normativa dos ritos e simbologias da praxe coimbrã⁸, com a aprovação do projecto do

⁸ Entendida como um verdadeiro ex-libris da Coimbra estudantil, a praxe tinha à volta dela – e tem ainda hoje – uma série de representações nem sempre rigorosas, de teor essencialista e mitográfico, que facilmente se difundem num meio como o estudantil, cuja carência de memória acaba por produzir uma necessidade corrente de afirmação de traços identitários invariáveis. Ao contrário daquilo que uma certa “apologética coimbrã” tende a enunciar, a praxe foi sendo objecto, ao longo dos tempos, das mais variadas críticas. Em 1727, D. João V suspende as práticas rituais, após investidas mortais a novatos. Ainda durante o século XVIII, intelectuais como Luís António Verney e Ribeiro Sanches criticam com vigor certos costumes estudantis; em 1873, na sequência da morte de António de Barros Coelho de Campos, estudante de Direito, um grupo de 33 estudantes distribui um comunicado onde se insurge contra a violência da praxe; em 1902, Gustavo Martins de Carvalho escrevia que “a praxe académica é uma sobrevivência de costumes de gerações que a História já há muito arrecadou”; dois anos depois, o jornal *O Conimbricense* dava conta de

Código da Praxe Académica de Coimbra (Andrade; Barros, 1957), uma série de artigos e cartas em jornais nacionais abre um debate em torno da praxe, que se estenderia mais tarde à discussão sobre os limites legítimos da intervenção política estudantil. A polémica inicia-se com um editorial de *O Século*, no qual, analisando-se a evolução das “recepções ao caloiro”, se vaticina que “não tardarão a desaparecer por completo esses restos antipáticos de épocas distantes em que se negava à mocidade académica o direito de entrar pela primeira vez numa escola sem ser vaiada e, frequentes vezes, desalmadamente agredida” (OS, 1957, 27171). Pouco tempo depois, o debate chegaria às páginas do *Diário de Lisboa* onde, durante cerca de um mês, a discussão entre defensores e detractores da praxe se prolongou a um ritmo quase diário. Do lado dos críticos, Fernando de Castro Saraiva ataca a praxe por assentar num conceito “estático” de tradição, por erguer a ideia da “antiguidade como critério de verdade”, e por se fundar numa lógica invertida do mérito, que confere “mais categoria aos mais estúpidos e mais madraços” (DL, 1957, 12580). Todavia, boa parte das tomadas de posição seria de sentido contrário, focando a relação umbilical entre Coimbra e a sua tradição académica: “Coimbra sem tradição não se entende nem se justifica. Coimbra é a própria tradição. [...] Essa tradição é toda una, indivisível”. A praxe favoreceria “o à-vontade, o auto-domínio, o espírito de iniciativa [...] o senso de humor, a argúcia e, é claro, a resignação” (DL, 1957, 12584).

A discussão estava aberta no interior da própria Academia. Em Assembleia Magna, os estudantes condenam o ataque “às tradições académicas” (AM, Livro de Actas 1955-1960, 12-1957). No jornal *República*, a DG/AAC considera a praxe “assunto da exclusiva competência dos estudantes de Coimbra” a quem compete “actualizá-la, equilibradamente, e longe de qualquer especulação demagógica” (R, 1958, 9718). A revista *Via Latina* assume posição idêntica, ao mesmo tempo que censura a *Rua Larga*, revista dos antigos estudantes da UC, por dar guarida a um texto crítico da praxe (VL, 1957, 76). Pouco tempo depois, Flávio Vara publica o opúsculo *O espantinho da “praxe” coimbrã*, onde repudia o seu carácter de obrigatoriedade e sugere a actuação das autoridades para que se “impedisse que se cometessem muitas violências e indignidades com a máscara de brincadeiras de estudantes” (Vara, 1958: 79). A investida ocasionou pronta resposta dos sectores tradicionalistas, com Flávio Vara a ser declarado “futrica” pelo Conselho de Veteranos e a ver registada uma vigorosa réplica da parte de Mário Saraiva de Andrade, autor do Código da Praxe (Andrade, 1959).

um encontro de estudantes anti-praxistas, realçando que “pelas adesões recebidas, se reconhece que a grande maioria dos académicos é anti-praxista”; em 1905, José de Arruela leva à cena um *Auto de fé de um praxista* e uma “recepção aos novatos” de timbre filantrópico que obteve um impacto considerável na Academia; em 1910, com o advento da República, a praxe é abolida, para aparecer ressuscitada em 1919 (Frias, 2003: 89-90; Prata, 2002: 255-256).

Em 1959, uma série de textos aparecidos nas páginas da *Via Latina* prolongaria o debate, colocando agora a tónica na validade e alcance da intervenção estudantil. No fundo, eram duas noções distintas de “política” que se encontravam em jogo. Com base num conceito demonizado, Jasmins Pereira defende que “as associações académicas só podem realizar eficazmente os seus objectivos desde que se resguardem de quaisquer desvios políticos” (VL, 1959, 97). A mesma concepção é também defendida pelo então presidente da DG/AAC, Manuel Henrique Mesquita, que declara como indispensável “nunca dentro da A.A. haver actuação política” (VL, 1959, 97). À esquerda, procura-se desmistificar o sentido negativo do conceito de “política” de forma a possibilitar o alargamento dos âmbitos da intervenção estudantil. Para Jorge Araújo, “os problemas dos estudantes não podem abstrair-se do conjunto dos problemas nacionais” pelo que as associações de estudantes devem tomar posições políticas, “isentas de todo o partidarismo (e aqui nos parece residir a base de muitas confusões), [mas] assentes em princípios fundamentais de reivindicação” (VL, 1959, 89).

Em 1960, e no seguimento desta renovação sócio-cultural, a DG/AAC é conquistada por uma lista de esquerda apresentada pelo Conselho de Repúblicas⁹, que introduz uma série de alterações qualitativas no discurso associativo, ao mesmo tempo que abre caminho ao afloramento de temáticas de cariz social, cuja face mais visível seria o importante conflito que então deflagra acerca do papel da mulher na sociedade (Garrido, 1996: 77-118; Bebiano, Silva, 2004). O momento mais marcante deste debate seria a publicação, na *Via Latina*, da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, assinada por um anónimo A., e posteriormente reivindicada por Artur Marinha de Campos. Nela o autor escreve a uma genérica “jovem portuguesa”, mostrando-se perturbado com a sua situação social, marcada por um “determinismo” que a “oprime e define” e que a obriga a viver do “lado de lá desse muro: o mundo inquietante da sombra e da repressão mental”. Exortava a lutar pela “libertação através de uma mútua liberdade” e terminava mencionando “a concretização sexual do amor” (VL, 1961, 130).

Os efeitos da Carta ultrapassaram o circunscrito perímetro coimbrão provocando uma onda de indignação por parte das faixas mais conservadoras, para quem a Carta desferia “um ataque frontal à religião cristã e à Moral que está nos fundamentos da nossa sociedade”, e erigia “a imoralidade em princípio orientador da juventude” (“Frente a Frente”, aavv, 09-05-61). Esta confrontação político-moral insere-se no debate em

⁹ O Conselho de Repúblicas foi fundado a 11 de Dezembro de 1948, através de um Pacto de Amizade e Aliança assinado pelas seis Repúblicas então existentes: Baco, Jastá, Kágados, Pagode Chinês, Palácio da Loucura e Rás-Te-Parta. Estrutura assembleária que congregava todas as repúblicas de Coimbra, o CR teve uma importância capital como pólo dinamizador de um novo tipo de intervenção estudantil. Entre 1960 e 1965 (altura em que o governo nomeia uma Comissão Administrativa que geriu os destinos da AAC até 1968/69) e em 1969, todas as Direcções-Gerais eleitas partiram de listas conjuntas entre CR e Organismos Autónomos da AAC.

torno da validade do “Convívio” entre elementos dos dois sexos e de Academias diferentes, que vinha há algum tempo a ser levantado em Coimbra. Considerado como o meio “indispensável para se tomar consciência do formar de uma geração, dos passos a avançar, da mensagem a transmitir ao seu mundo” (AB, 1959, 45), a noção de “Convívio” mais não era do que a reivindicação simultânea de uma maior abertura moral e da adoção tácita da perspectiva sindicalista.

A progressiva substituição do corporativismo pelo sindicalismo, com a consequente adesão a modos de pensar e agir mais empenhados socialmente, fez-se também através da transfiguração de algumas formas de exercício praxista, de maneira a poderem servir de veículo de contestação social. Na Latada de 1961/62, por exemplo, empunharam-se cartazes humorísticos de evidente alcance político, como “o Tó [Salazar] tem um cancro. Coitado do cancro”, ou “Angola é nossa” transportada por um estudante negro, como chega a noticiar com indignação o jornal nacionalista *Agora* (A, 1961, 42). Organismos centrais da “sociedade tradicional coimbrã” (Lopes, 1982), como o Conselho de Veteranos e o Conselho de Repúblicas, assumem lugar de destaque no oposicionismo académico, utilizando o poder que dispunham como arma de contestação política: *decretus* de suspensão da praxe, Luto Académico e cessação da Queima das Fitas passam a integrar os contextos de luta.

A utilização dos rituais e da simbologia praxista permitia que a contestação se inserisse no fluxo das vivências tradicionais coimbrãs, o que não só lhes conferia legitimidade como despertava uma certa complacência por parte da elite dirigente nacional, para quem Coimbra era ainda, simultaneamente, o lugar de um certo espírito corporativo, boémio e romântico e uma instituição universitária produtora dos cérebros do regime. No fado de Coimbra, introduzem-se letras com preocupações sociais e políticas contrastando com a dolência e o lirismo que então o caracterizavam. Nesta linha, José Afonso gravará, em 1963, os primeiros exemplos da “canção de protesto”: *Os Vampiros* e *Menino do Bairro Negro*. É também por esta altura que surge um tema, urdido no calor da “crise de 62”, e que seria utilizado como uma espécie de hino da intransigência estudantil: a Trova do Vento que Passa, de Adriano Correia de Oliveira e Manuel Alegre.

No ano seguinte, e como resposta aos estímulos repressivos do Poder, que proíbe duas reuniões interacadémicas, deflagra um conflito de dimensões consideráveis, que levaria à demissão do reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, em atitude de protesto para com as manobras repressivas do regime, e à prisão e suspensão de numerosos estudantes de Lisboa e Coimbra. O “rastilho” começou a ser ateadado com a proibição do *I Encontro Nacional de Estudantes*, agendado para 9, 10 e 11 de Março de 1962, em Coimbra, com a participação de estudantes das restantes academias. Em

Assembleia Magna, os estudantes optam por desconsiderar a decisão governamental e o encontro acaba por se realizar, em simultâneo com uma reunião nacional de dirigentes e com o *II Encontro Nacional de Imprensa Estudantil*. As conclusões do *I Encontro Nacional de Estudantes* acentuam a necessidade de democratização do ensino e a urgência de pautar a actuação do movimento associativo por princípios norteadores derivados de uma concepção sindicalista.

Entretanto, em Lisboa, a comemoração do Dia do Estudante, a 24 de Março, é proibida na véspera, e o Ministério do Interior envia, com aparato, a polícia de choque para ocupar a Cidade Universitária, recorrendo à violência e à prisão temporária de vários estudantes. Prometendo reequacionar a sua decisão, o ministro da Educação Nacional, Lopes de Almeida, anuncia nova proibição a 5 de Abril, dia em que se demite o reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, em conjunto com os directores das faculdades. Em Coimbra, e ao contrário do que aconteceu na capital, o posicionamento hostil do reitor Guilherme Braga da Cruz relativamente às pretensões estudantis levou, no decorrer da crise, ao deflagrar do confronto entre a Academia e a Universidade, adquirindo o movimento “um carácter de recusa do modelo político vigente por mediação da forma como ele se exercia na Universidade” (Garrido, 1996: 198).

No essencial, este período marca o afastamento de uma parte significativa da juventude universitária relativamente a um regime pouco dado a gestos de flexibilidade, ao mesmo tempo que permitiu a consolidação da perspectiva sindicalista no interior do movimento. Como refere Nuno Caiado, “o sindicalismo nasceu aqui, quando as estruturas associativas toleradas pelo regime conseguiram assegurar para si a legitimidade formal da representação dos estudantes” (Caiado, 1990: 112). Ao mesmo tempo, e acentuando um percurso que já vinha dos finais dos anos 50, sectores consideráveis da juventude católica davam mostras de um claro distanciamento em relação ao regime. Se, na “crise de 62”, e nomeadamente em Lisboa, é detectável uma forte presença dos católicos, a aproximação de organismos como a JUC, a JUC-F e o CADC à contestação torna-se de seguida cada vez mais evidente.

3. A CONSOLIDAÇÃO DO OPOSICIONISMO ESTUDANTIL NO FINAL DOS ANOS SESSENTA

Um conjunto variado de causas acelera a politização do conjunto estudantil nos finais dos anos sessenta. Em primeiro lugar, a recepção, ainda que intermitente e filtrada, da rebelião mundial que os estudantes iam protagonizando um pouco por todo o mundo. Em segundo lugar, a crescente impopularidade das guerras coloniais que, cada vez mais, iam significando, para a juventude, um escolho inamovível destinado a hipotecar-lhe o futuro. Por fim, o encontro, na sequência da participação nas acções de auxílio às vítimas das graves inundações ocorridas a 25 e 26 de Novembro de 1967 no sul do país,

com uma população pauperizada e abandonada por um regime que lhes aparecia agora, segundo palavras posteriores de uma antiga estudante envolvida nestas acções, como insuportavelmente “hipócrita”.¹⁰

Quando se chega a 1969, uma parte considerável da juventude universitária encontra-se já em claro processo de ruptura com o regime. O marxismo, nos seus mais variados matizes, havia-se tornado no “cimento unificador” (Cruzeiro, 1989: 207) da maioria dos grupos actuaes no território académico. Nesta medida, a “crise de 69” representa uma transição na tipologia dos movimentos estudantis: se, durante a década, quase todas as bandeiras agitadas giram em torno da defesa das “liberdades associativas”, em 1969, a “democratização do ensino” caminha a par com a “democratização das estruturas sócioeconómicas”. Em suma, e como se afirmava em Maio desse ano, “a nossa luta só poderá fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal Novo” (“Carta à Nação”, DG, 07-05-69).

De Novembro de 1968 a Julho de 1969 assiste-se a uma fase ascendente da contestação que, em traços genéricos, se centrou em torno de dois eixos. Em primeiro lugar, a preocupação em se adoptar um discurso politizado, que visava transformar a contestação académica em contestação pedagógica e ideológica – a luta por uma “Universidade Nova” como um elemento indissociável da luta por uma “Sociedade Nova”. Em segundo lugar, a definição de linhas tácticas que procurassem congregar a maioria dos estudantes, evitando o isolamento da vanguarda do movimento. Esta estratégia consubstanciou-se na ideia de que o trabalho fundamental deveria ser realizado nos cursos, com a eleição de delegados e a difusão de reivindicações de carácter essencialmente pedagógico, o que permitiu que o movimento de 69 adquirisse um carácter cultural e de massas. Por outro lado, este cuidado em manter unida uma ampla base estudantil, levou a que o movimento se baseasse numa concepção legalista da luta, na recusa de uma confrontação directa com o poder, no entendimento da DG/AAC como direcção do movimento, e na utilização de rituais e símbolos ligados à “tradição académica” como móbéis de luta.

Assim, e no essencial, o sucesso da “crise de 69” compreende-se pela conjugação de formas reivindicativas novas e sintonizadas com o “espírito do tempo”, com o aproveitamento, em sentido progressista, de um certo *ethos* coimbrão. Se, por um lado,

¹⁰ Depoimento de Rita Veiga. A campanha serviu para fomentar laços de confiança e de identificação entre os participantes, muitos deles jovens oriundos dos meios católicos e em ruptura definitiva com o regime. Jorge Wemans, na altura estudante liceal ligado às estruturas católicas, escreve trinta anos depois: “Lembro-me que, depois das cheias, quando queríamos difundir as teses do Congresso de Aveiro, algum documento anti-colonial, pensar a participação nas eleições de 69, organizar um campo de férias, uma qualquer acção ou encontro de reflexão, começávamos a trocar nomes e números de telefone e lá surgia a eterna pergunta: “Mas quem é esse tipo, será de confiança?” Que obtinha a inevitável resposta: “Então, não te lembras? Também andou nas cheias connosco!” Ter participado naqueles dias tornara-se cartão de apresentação suficiente” (Pública, 1997, 79).

os dirigentes de 69 se serviram de modalidades identificadas com o tradicionalismo da praxe, como a Queima das Fitas e o Luto Académico, cuja convocação reforçava política e simbolicamente a luta e levava à identificação de camadas estudantis mais conservadoras com o corpo das reivindicações, por outro, a “Operação Flor” (distribuição de flores na Baixa de Coimbra), a “Operação Balão” (largada de balões no Largo da Portagem), a adopção de táticas “filo-guerrilheiristas” de embate com as autoridades, a distribuição criativa de comunicados ou a elaboração de cartoons humorísticos, são exemplos de novas formas de acção que entroncam em modalidades de contestação emergentes, nas quais as componentes política, cultural e geracional se combinavam. Em muitos dos momentos cruciais, o movimento haveria mesmo de se sustentar na iniciativa da massa estudantil e numa carga cultural centrífuga que foi, porventura, o motor da contestação.

4. FRAGMENTAÇÃO E RADICALISMO NOS ANOS FINAIS DO REGIME

A intervenção estudantil de natureza colectiva agrupou-se historicamente de acordo com três tendências: a) afirmação de formas de oposição às atitudes discricionárias ou a determinadas orientações das autoridades académicas; b) intervenção no sentido de suscitar alterações na política governamental para o sector educativo; c) envolvimento em iniciativas visando intervir activamente nas transformações operadas na sociedade portuguesa e na definição do próprio regime (Bebiano, 2003). Esta terceira tendência, que se foi consolidando ao longo dos anos sessenta, assume clara hegemonia na configuração dos discursos e práticas estudantis no troço temporal que vai de 1969/70 a 1974. A leitura politizada das novas intenções governativas para o sector da educação – a conhecida “reforma Veiga Simão” – bem como o alastramento de uma postura anticolonialista e anticapitalista são disso exemplo.

Esta radicalização dos conteúdos da contestação deriva, em muito, da emergência de uma constelação variada de grupos e grupúsculos de extrema-esquerda, fortemente radicados no meio estudantil, e que lhe renovam o *modus operandi*. A luta contra a guerra colonial e a defesa da revolução proletária aparecem com maior frequência em franjas crescentes do movimento estudantil. Em consequência disso, introduzem-se novos referenciais éticos e iconográficos, provenientes da revolução cultural chinesa, da revolução cubana ou das generalizadas lutas estudantis, num manancial de imagens de rebeldia que se contrapunham decisivamente ao pragmatismo dos velhos dirigentes do “socialismo real”.

O emergente discurso esquerdista apontava agora para a necessidade, não só de se contestar com radicalidade os métodos e a função da escola capitalista, mas também as organizações tradicionalmente enraizadas no meio estudantil, compostas por “burocratas

completamente afastados das massas que dizem representar” (“Por um sindicalismo de tipo novo”, Núcleos Sindicais, 04-72). O PCP, outrora apelidado de “aventureirista” por querer forçar o confronto com as autoridades, via agora a sua organização para o meio estudantil, a UEC (União dos Estudantes Comunistas), classificada como “reformista”, por preferir as temáticas de índole associativo em lugar do questionamento da sociedade capitalista.

Este novo quadro, conjugado com a forte repressão que então se abate sobre as estruturas associativas¹¹, leva a mudanças na forma de actuação do protagonismo estudantil. O movimento associativo, enquanto organização dos estudantes baseado em estruturas mais ou menos fixas, e assente em princípios de reivindicação girando em torno da autonomia e da liberdade associativa, é substituído por modos de contestação mais fragmentados, voluntaristas e radicalizados. Sem os espartilhos da representação, os *meetings*, os debates e os grupos de estudo passam a fazer parte da metodologia da intervenção estudantil. O confronto com o poder irrompe também fora dos delimitados recintos universitários, por meio de práticas mais ousadas como a distribuições temerárias de panfletos, o apedrejamento de instituições bancárias ou as manifestações – relâmpago contra a guerra colonial.

A (auto) afirmação dos estudantes enquanto actores sociais em “compromisso com as forças revolucionárias” (“Em defesa de uma imprensa livre”, CR, 1972, 3), a par com o aprofundamento de metodologias basistas de decisão, leva à construção de uma nova imagem do dirigente associativo, afastada já do modelo do representante “iluminado” ou mais “capaz” de entre as massas, para dar agora lugar ao estudante porventura mais anónimo mas que, dotado de uma igual capacidade reivindicativa, elegia e se fazia eleger. Em Coimbra, ainda antes do encerramento da AAC, a constituição da *Lista do Movimento Estudantil*, eleita após apresentação solitária a sufrágio, em Abril de 1970, é exemplo desse alastramento de formas menos filtradas e mais directas de participação e decisão, tendência reconfirmada nas eleições de Novembro de 1970. As listas associativas “patrocinadas pelos caciques e aglutinando-se à volta de personalidades “pardas” são substituídas por métodos de democracia directa, onde “o nome dos estudantes é indicado desde as reuniões de curso, passando pelas de faculdade, até à AM” e o próprio programa “construído na mais ampla discussão e participação massiva” (“Ao Trabalho, Ciências”, s.a., 10-70).

¹¹ No início do ano lectivo de 1972/73 quase todas as associações de estudantes estão encerradas ou por legalizar. No Porto, a AE de Medicina encontra-se encerrada e as Comissões Pró-Associações de Economia, Engenharia, Letras, Liceus e Industrial estão por legalizar; em Lisboa as AE de Direito, Industrial e Ciências estão encerradas e as Comissões Pró-Associações estão por legalizar em Medicina e Farmácia e encerradas em Letras e Comercial; em Coimbra, a DG/AAC encontra-se encerrada desde Fevereiro de 1971 (s.t., Comissão Associativa, 16-11-72).

Dão-se, ao mesmo tempo, importantes variações ao nível das vivências estudantis. A incapacidade de harmonizar os fundamentos de um discurso fortemente politizado com práticas que, por atenuadas que fossem, dificilmente deixavam de ser elitistas em relação ao exterior e hierárquicas no seu interior, leva a que, após o Luto Académico de 1969, a praxe apareça posta em causa com maior profundidade, eliminando-se resquícios que, mesmo que não contivessem já o lado punitivo e hierárquico de outrora, mantinham ainda um timbre paternalista ou “iniciático”. Na abertura do ano lectivo de 1970/71, consolidando o corte com a “retrógrada e tradicional perspectiva de integração praxística” (“Semana da Recepção aos Novos Alunos”, DG, 12-11-70), a DG promove uma Semana de Recepção aos Novos Alunos na qual, em vez da “inferiorização despersonalizante”, se aposta numa série de “colóquios e debates sobre os problemas actuais do estudante e da sociedade portuguesa” (*ibidem*). Nesse mesmo ano, o próprio Conselho de Veteranos trata de abolir o “rapanço” (CB, 1970, 35).

Sinal desta alteração dá-se também no âmbito das Repúblicas. Se, em 1948, o *Pacto de Amizade e Aliança*, carta constitutiva do CR, declarava que as Repúblicas se encontravam “unidas pela praxe” e que a sua actuação estava circunscrita ao espaço académico coimbrão “salvo quando o que estivesse em causa fosse a defesa da praxe” (Alves; Roldão, 1985-86: 13), se os julgamentos de caloiros ainda são vistos, na redacção do Código da Praxe de 1957, como “actos solenes realizados nas Repúblicas oficializadas” (artº193), durante os anos 60, a clara imbricação entre um movimento estudantil em afluxo contestatário e as Repúblicas, enquanto lugar relevante deste processo, provoca uma rotação na concepção destes espaços e no tipo de práticas internas.

Em lugar de focalizarem na sua vertente mais boémia e jocosa, as Repúblicas passam a autodefinir-se como “centros de formação cultural do estudante, agrupamentos regidos pelo princípio democrático da auto-gestão, gozando de independência económica e ideológica, libertas de qualquer género de tutela” (OB, 05-1966). Nos símbolos das Repúblicas recém-criadas, a moca, a tesoura e a colher de pau, são substituídos por outro tipo de representações. Fundada em 1967, a República 5 de Outubro opta por inverter as cores da sua bandeira, passando esta a ter um fundo branco com inscrições a negro, atitude que visava marcar uma posição contra as práticas tradicionais de integração estudantil. Em 1972, o aparecimento da República Rosa Luxemburgo, casa estritamente feminina, rompendo desta forma com um universo até então exclusivamente confinado ao sexo masculino, mostra bem como estes espaços se encontram já distantes da imagem que possuíam uns anos antes.

Divergências quanto à estratégia proposta para a luta estudantil e o aprofundamento da crítica à “tradição académica” levam a uma cisão no seio do CR. Em comunicado

datado de 28 de Novembro de 1970, três Repúblicas – 1000-Y-Onários, Trunfé-Kopos e Pim-Pim-Nelas – distanciam-se do CR, que consideram uma estrutura dominada por sectores reformistas, que não põe “em causa as contradições sociais nas suas últimas consequências – a luta de classes” (“Requiem pelo Conselho de Repúblicas”, 28-11-70).¹² Se bem que as repúblicas não fossem já os “baluartes da praxe” de outrora, permaneciam ainda vinculadas a um certo imaginário que é objecto de comentário irónico por parte dos signatários: “O que restará ao CR será conservar a sua faceta tradicionalista, imbuída de um certo casticismo de fados, copos de vinho, campeonatos de matrecos e suecas com um fundo negro de capas e batinas. Enfim abandonamos!...” (“Requiem pelo Conselho de Repúblicas”, 28-11-70).

Na maioria dos organismos culturais põe-se em causa os princípios tradicionais de sociabilidade e moralidade. A capa e batina deixa de ter lugar nas apresentações ao vivo do Coro Misto e do CELUC, para desilusão da “burguesia” (R, 1973, 15306). As habituais práticas de integração são analisadas à luz dos novos valores dominantes. No início de 1972 a direcção do GEFAC, considerando que a integração se faz “pelo espírito, e não por manifestações que nada tem a ver com formalismos protocolares” propõe a abolição de uma pequena cerimónia apelidada de “baptismo”, que consistia na escolha de um elemento do sexo oposto com quem se selava a entrada no grupo com um beijo, justificando que, “com 1969, e suas consequências, os estudantes passaram a debruçar-se sobre os problemas que directamente lhe tocavam, e em 1970, aboliram todas as manifestações praxísticas, renegando todo o carácter formal que tais manifestações traduziam, libertando-se assim de conceitos de privilégio e hierarquia de que enfermava a vida académica” (doc. manuscrito, GEFAC, 19-01-72).

Noutros organismos autónomos fazem-se sentir a influência das vanguardas estéticas. No CAP, realizam-se *happenings* que desafiam os conceitos tradicionais de arte e, colateralmente, de moralidade. No CITAC, o argentino Juan Carlos Oviedo começa a encenar, em 1970, a peça *MacBeth... o que se passa na tua cabeça?* que, após uma apresentação no Porto, estaria na base de um processo instaurado pelo Senado Universitário em virtude de alegadas ofensas à moral, levando ao encerramento do organismo. A direcção do organismo, viria a esclarecer que o espectáculo tinha sido produzido à margem do grupo (“CITAC esclarece”, CITAC, 09-06-70), provocando a eclosão, em Novembro de 1970, de um conflito estético-político no interior do próprio organismo, com um núcleo de sócios adeptos do situacionismo¹³ a demitir-se

¹² A 11 de Dezembro, a República Bamus-Ó-Bira subscreveria o comunicado da ruptura. A República Pim-Pim-Nelas, por seu lado, viria a esclarecer que a posição tinha sido indevidamente tomada por apenas alguns elementos da casa, posteriormente expulsos.

¹³ A Internacional Situacionista foi criada em Itália, em 1957, a partir da fusão de vários grupos artísticos de vanguarda. Em termos teóricos, o situacionismo considerava as sociedades capitalistas avançadas como

publicamente. Em comunicado, acusavam o CITAC de ser “um travão aos tempos vivos (prazer, festa, imprevisto)” (“Tornar a vergonha ainda mais vergonhosa entregando-a à publicidade”, Um grupo de sócios do CITAC que se demitem, s.d.).

A conflitualidade política extravasa explicitamente para o terreno cultural. Factos como os incidentes em torno de uma peça de teatro da OTUC (Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra)¹⁴ no Teatro Académico Gil Vicente, a 9 de Maio de 1970, a tentativa de reabilitação da Queima das Fitas em Maio de 1972, e o boicote ao Festival de Coros do Orfeon, em Abril de 1973, mostram esta proximidade. Aquando da tentativa de reabilitação da Queima das Fitas, por exemplo, um número significativo de estudantes entende boicotá-la, tecendo-lhe considerações fortemente críticas. Para os Núcleos Sindicais, a Queima era a “manifestação da ideologia burguesa no meio estudantil”, que não se distinguia, na essência, de um tipo de formação universitária que se pretendia combater: “assim como na Universidade, através de um ensino passivo, acríptico e autoritário se pretende criar um certo tipo de estudante futuro e fiel cão-de-guarda do sistema, também na Queima, a seu modo, por processos diferentes, vamos encontrar os mesmos objectivos na necessidade de criar e propagandear uma certa imagem do estudante” (s.t., NS, s.d.). Na mesma altura, a Comissão Associativa, constituída por vários organismos autónomos da AAC, condenava uma “festa toda voltada para si, como numa auto-contemplação totalmente abstraída duma realidade a que os estudantes já não eram alheios” (“Os reaccionários tiveram a “Queima” que merecem”, CA, 17-05-72).

Numa reportagem do jornal *República*, publicada em 1973, Álvaro Guerra relatava uma Coimbra onde o estudante perdera o seu “estatuto especial e passara a integrar-se de modo regular e discreto nas estruturas sociais da cidade, uma Coimbra sem capa e batina”. Falando do desaparecimento da “polémica praxe” notava como “o romantismo exterior e folclórico representado por esse traje negro foi-se esbatendo, substituído pelos “jeans”, pela camisola e, à medida que a própria evolução urbanística da cidade ia rompendo o “gheto” académico, escasseava a rapadela, sumiam-se fitas e grelo, laicizar-

marcadas por um esquema de racionalidade mercantil que se havia disseminado pelos vários âmbitos da cultura e da sociedade, tornando-os numa “mercadoria” destinado ao embrutecimento do proletariado. A denúncia radical da “sociedade do espectáculo” aliada à componente fortemente cultural do movimento, levaram os situacionistas a renegar as práticas artísticas tradicionais e a adoptarem formas de enfrentamento político simultaneamente radicais e imaginativas. As ideias situacionistas tiveram, a partir de meados dos anos sessenta, uma significativa absorção nos meios estudantis franceses, e estiveram bem presentes na linguagem e nos métodos ali utilizados durante a revolta estudantil de Maio de 1968. Seria, aliás, através da difusão do imaginário do Maio francês que, a Portugal, chegariam as ideias situacionistas. A par da constituição de algumas “bolsas de simpatia”, como a acima referida, note-se ainda a tradução e publicação, entre 1970 e 1972, de três importantes textos situacionistas: *Da Miséria do Meio Estudantil* (de M. Khayati), *A Sociedade do Espectáculo* (de G. Debord) e *Banalidades de Base* (de R. Vaneigem).

¹⁴ A OTUC, o Orfeon e a Tuna, formavam o núcleo minoritário de grupos académicos críticos do alinhamento oposicionista do meio estudantil coimbrão e eram vistos como guardiães das velhas tradições académicas, exercendo “uma proficua actividade como cartaz turístico ao serviço da classe dominante” (“O Festival da Demagogia”, CELUC, CMUC, Orfeon Académico de Lisboa, GEFAC, TEUC, CAPC, Secção de Andebol, Atletismo, Campismo, Esgrima, Judo, Patinagem e Rêguebi, s.d.).

se-ia o trajar” (R, 1973, 15306). Já em 1970, a revista *Capa e Batina* se havia regozijado com o desaparecimento da praxe, aproveitando a ocasião para descrever pejorativamente a velha Coimbra, que “após as seis da tarde era apenas o reino dos doutores”, com trupes que “calcorreavam as ruas da cidade” levando “consigo muitas vezes o chamado “cão de fila”, um caloiro que se prestava à tarefa de indicar aos “doutores” os seus (dele) colegas” (CB, 1970, 35).

Analisando a comunidade académica coimbrã, António Rodrigues Lopes divide as contestações nela ocorridas entre “endógenas”, isto é, provenientes da sociedade tradicional coimbrã, e “exógenas”, que obedeceriam a “projectos estranhos à dinâmica tradicional”, concluindo que as movimentações estudantis dos anos sessenta “foram meros detalhes dum projecto mais vasto no contexto da “contestação” de influência exógena”, cujo ponto alto teria sido em 1969 com o “plano de captura do poder político da Sociedade Tradicional – a Praxe – promovendo em seguida o seu funcionamento em sentido inverso”. Nesta linha de raciocínio, o movimento estudantil aparece como o agente activo de um plano de dissolução aparentemente anárquico mas bem montado, visando contaminar a pureza da comunidade académica com finalidades “artificiais”, e provocando, nas palavras de Rodrigues Lopes, “um etnocídio” (1982: 242 e 320).

À parte as intuições de natureza conspirativa e a obsessão com uma imagem essencialista da realidade em estudo, existe algum fundamento em se considerar que em 1969 se inverteu o sentido da praxe, se por essa inversão se entender a anteriormente referida apropriação progressista. No entanto, mais do que um *coup d’État* de sectores antitradicionalistas, a crítica e abandono da praxe compreende-se como uma tomada de posição em sintonia com um novo ambiente emergente que se vinha desenhando desde finais da década de cinquenta.

Ainda que a própria natureza das tradições, rituais e cultura académica evolua “à imagem da Universidade e da sociedade” (Frias, 2003: 82), a praxe, como nota Maria Eduarda Cruzeiro, enquanto “marca social distinta de pertença ao grupo”, constituída por rituais de passagem visando tornar o ser “diferente e superior”, não parece possuir uma elasticidade total (Cruzeiro, 1986: 124). Assim sendo, a manifestação de práticas elitistas (em relação ao exterior) e hierárquicas (no seu interior), não se mostrava, de modo algum, harmonizável com os alicerces dos novos discursos que iam dominando o universo estudantil.

Um elevado grau de politização, marcado pela irrupção dos mais variados matizes do marxismo enquanto referência macroexplicativa tornada dominante, acabaria por empurrar para um passado indesejável a praxe enquanto fenómeno de produção e reprodução de uma sociedade desigual. Os estudantes já não se viam a si próprios como uma elite desligada da sociedade, confinada à cidade universitária e vivendo num mundo

de tradições corporativas. A sua auto-imagem já não estava configurada em virtude do seu estatuto de privilégio, mas de acordo com um dever, nacional e internacional, de comprometimento social e de cidadania.

Miguel Cardina

Doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas pela FLUC. Licenciado em Filosofia pela mesma instituição. Autor de *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo* (Coimbra: Angelus Novus). Contacto: miguelcardina@gmail.com

Referências bibliográficas

- Abrunhosa, Octávio (2001), *Coimbra... ontem! Memórias de um estudante (1945-1951)*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Alves, Vítor e Roldão, Júlio (1985-86), "As Repúblicas – Lutas e Lutos da Academia", in *Via Latina*, Coimbra: DG/AAC.
- Andrade, Mário Saraiva de e Barros, Vítor Dias (1957), *Código da Praxe Académica de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, Mário Saraiva de (1959), *Mataram um espantalho... Em defesa da praxe*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Bebiano, Rui (2003), "Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 151-163.
- Bebiano, Rui e Silva, Alexandra (2004), "A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa", in *Revista de História das Ideias*, 25, 423-454.
- Boren, Mark Edelman (2001), *Student Resistance. A History of the unruly subject*. New York: Routledge.
- Caiado, Nuno (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.
- Cardina, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cruzeiro, Celso (1989), *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- Cruzeiro, Maria Eduarda (1986), "Questões de uma Tradição", in *Via Latina*, Coimbra: DG/AAC.
- Cruzeiro, Maria Manuela e Bebiano, Rui (org. e pref.) (2006), *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Drago, Ana (2004), *Agitar antes de ousar. O movimento estudantil "antipropinas"*. Porto: Afrontamento.
- Duarte, Marta Benamor (1997), *Foi apenas um começo: a crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

- Estanque, Elísio e Bebiano, Rui (2007), *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Frias, Aníbal (2003), "Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.
- Garrido, Álvaro (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva.
- Lopes, António Rodrigues (1982), *A sociedade tradicional coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*. Coimbra.
- Lourenço, Gabriela *et al.* (2001), *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora.
- Madeira, João *et al.* (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Namorado, Rui (1989), "Para uma universidade nova: crónica da crise de 1969 em Coimbra", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27-28, 63-124.
- Prata, Manuel Alberto Carvalho (2002), *Academia de Coimbra (1880-1926). Contributo para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, Maria Cândida (coord.) (1999), *Maió de 1968 trinta anos depois. Movimentos Estudantis em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Seabra, Jorge (2007), *O Cão Andaluz*. Santa Maria da Feira: Calendário de Letras.
- Soares, António José (1985), *Saudades de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vara, Flávio (1958), *O espantinho da "praxe" coimbrã*. Lisboa: Salesiana.
- Vidal, Marques (2002), *Real República Pré-Kys-Tão. Memórias de Coimbra*. Lisboa: Hugin.

Fundos documentais

Centro de Documentação 25 de Abril – Pastas relativas ao Movimento Estudantil.

Museu Académico – Pastas várias.

Outras publicações

Agora (A) – 1961; A Briosa (AB) – 1954-1959; Capa e Batina (CB) – 1965-1972; Diário de Lisboa (DL) – 1957-1974; Flama (F) – 1954; O Badalo (OB) – 1966-1968; O Século (OS) – 1957-1958; Pública, revista do Público (P) – 1997; República (R) – 1958-1973; Tabu, revista do Sol (T) – 2006; Via Latina (VL) – 1956-1962.